

## ***A Revitalização dos Bairros Históricos, a Construção Comunitária e o Desenvolvimento Social***

*Wu Zhiliang\**

A Região Administrativa Especial de Macau passou, desde a sua fundação, 5 anos em que através da “consolidação de bases e desenvolvimento firme”, conseguiu êxitos assinaláveis em termos políticos, na estabilidade social e na prosperidade económica, entrando assim numa era completamente nova do seu desenvolvimento histórico. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau, no momento em que inicia a segunda fase da sua governação, tem assim melhores condições políticas, sociais e financeiras para tratar e resolver algumas contradições e problemas mais profundos para levar a cabo reformas estruturais, pondo em ordem, paulatinamente, as relações sociais e reduzindo ao mínimo os factores incertos para o seu desenvolvimento, com o objectivo de fazer frente, da melhor maneira, aos desafios do futuro.

Os habitantes de Macau, no processo de construção da Região Administrativa Especial de Macau, têm já uma melhor percepção e expressão dos seus anseios quanto ao desenvolvimento social e, ao mesmo tempo, um consenso mais generalizado sobre as perspectivas futuras. Estão com desejos mais prementes e têm maior confiança na resolução dos problemas estruturais mais aprofundados, cuja solução se tem prolongado por bastante tempo.

O Sr. Edmund Ho, aquando da sua recandidatura a Chefe do Executivo, lançou um programa político sob o título “Conjugar esforços para a construção duma sociedade de óptima qualidade e a criação de um futuro mais promissor”, com a esperança de unir e concentrar ainda mais as forças de todos os círculos sociais de Macau, elevar no seu conjunto a qualidade de vida dos cidadãos de Macau e o poderio geral da Região Administrativa Especial de Macau, levando Macau a uma nova era. Um dos trabalhos mais importantes é a revitalização dos bairros históricos.

---

\* Doutorado em ciências históricas, Presidente da Assembleia da Associação dos Licenciados em Administração Pública de Macau e Professor convidado da Faculdade de Administração e Gestão da Universidade de Ciências e Tecnologia de Macau.

Quando deu esclarecimentos sobre o seu programa de governação, realçou a revitalização dos centros históricos como um ponto alto para pôr em prática “Um país, dois sistemas”, “Macau governado pelos seus habitantes” e “Uma autonomia de elevado grau”, o que mostra a complexidade e também a importância deste problema.

## I

É de conhecimento geral que a revitalização dos bairros históricos é uma questão com que tem de se confrontar a modernização de qualquer cidade. Também constitui um quebra-cabeças muito complexo que não só exige um tratamento adequado dos complicados interesses económicos dos comerciantes e habitantes dos bairros históricos, como também leva em consideração os factores sentimentais que os ligam a esses bairros de mil e uma maneiras. Qualquer erro poderá suscitar instabilidade social. Por isso, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, logo no início da sua integração na Mãe-Pátria, altura em que havia muitos trabalhos a fazer, apesar de alguns apelos dessa altura no sentido de iniciar imediatamente a revitalização dos bairros históricos, optou por não agendar o assunto para ganhar tempo de poder fazer estudos sérios e encontrar argumentos suficientes para todos os problemas correlacionados, numa tentativa de criar um bom ambiente social, tendente a cooperar no aumento das possibilidades de sucesso.

Hoje em dia, a revitalização dos bairros históricos é um passo a seguir, sem mais hesitações. Todas as camadas sociais já têm consciência de que o que está em causa é a qualidade de vida dos cidadãos, a imagem de Macau, a urbanização na sua totalidade e a redistribuição funcional dos bairros. Também tem que ver com uma estabilidade duradoira e o progresso de Macau a longo prazo.

Primeiramente, à medida da liberalização do jogo e das políticas do CEPA e do “visto individual”, com o drástico aumento dos turistas nos últimos tempos, a venda a retalho e a restauração conheceram grandes recuperações. No entanto, alguns bairros comerciais ainda não tiveram verdadeiros benefícios. Pelo contrário, alguns bairros viram piorar os seus ambientes comerciais e habitacionais. Se não se tomarem medidas quanto antes para pôr tudo isto em ordem, não só poderão agudizar-se condições sociais, como poderão surgir ameaças para a higiene pública e a saúde dos habitantes.

Em segundo lugar, Macau sendo uma cidade minúscula, não tem muitos pontos turísticos e nem lugares de lazer. Além disso, o espaço para o desenvolvimento é muito limitado, de maneira que precisa de mais bairros, melhor distribuídos para atrair os turistas cada vez mais recentes e satisfazer as suas necessidades, a fim de garantir um desenvolvimento saudável e sustentável do turismo e da economia no seu conjunto. A revitalização dos centros históricos poderá fornecer, duma maneira rápida, esse espaço.

Tem-se verificado ultimamente que, para elevar duma maneira geral a qualidade de vida, um dos importantes índices será haver um desenvolvimento relativamente equilibrado dos diferentes bairros de Macau, para que as pessoas das mais diferentes camadas possam recolher os seus benefícios. Só desta maneira é que se poderá criar uma prosperidade cada vez mais crescente de toda a sociedade e construir uma sociedade com qualidade de vida.

Por isso, seja partindo dos interesses dos comerciantes e habitantes dos bairros históricos, seja partindo do ponto de vista dum desenvolvimento sustentado de toda a sociedade, o Governo precisa de agendar já a revitalização dos centros históricos. Aliás, na actualidade, já estão reunidas condições políticas, sociais, financeiras e técnicas relativamente maduras para a realização deste trabalho.

A modernização urbanística de Macau experimentou um processo muito precipitado, que se verificou em apenas duas dezenas de anos. Em menos de um quarto de século, uma cidade antiga e multissecular experimentou rápidas e surpreendentes mudanças na sua fisionomia. Sucessivamente, saíram do seu anonimato zonas como a Zona Norte, a ZAPE (Zona dos Aterros do Porto Exterior), a Taipa e Coloane, enquanto o ambiente comercial e habitacional de uma parte da Zona Norte e das antigas e prósperas baixas comerciais, tais como a Avenida do Conselheiro Ferreira de Almeida, a Avenida Horta e Costa e a Avenida Almeida Ribeiro, vão de mal a pior. A zona do Porto Interior está muito mais afectada. Alguns quarteirões viveram drástica e alternadamente a sua prosperidade e a sua decadência, num ritmo alucinante que deixou os habitantes primitivos locais, os mais antigos, com muita pena e os turistas perdidos.

Devido ao facto de Macau ter sido, ao longo da sua história, uma cidade de imigrantes, sobretudo com as grandes ondas imigratórias inicia-

das nos finais da década 70 do século passado, aproximadamente metade da população de Macau não é natural daqui. Até ao início da década de 90 do século passado, os habitantes de Macau não tinham uma forte identificação com esta terra. Para muitos, o conceito de “casa” ainda ficava na memória das suas terras natais. Era frequente ouvir dizer: sou de Cantão, sou de Fujian, ele é do Norte, etc. Tal como pensa a maioria da primeira geração de imigrantes, Macau é geralmente considerada como uma terra de residência. Os novos imigrantes não fazem ideia, nem sabem que alguns destes bairros tiveram as suas glórias e prosperidade no passado.

Nos últimos anos, a estrutura demográfica de Macau começou a ser estabilizada. A mentalidade de imigrante já não é tão marcante com o nascimento da segunda geração. Os habitantes que gozam duma vida estável e dum emprego satisfatório começam a passar a preocupar-se com a história e a cultura locais, dando-lhes a devida importância, sobretudo através de discussões sobre a criação da Região Administrativa Especial de Macau durante o período de transição, assim como os esforços e a prática da construção da Região Administrativa Especial de Macau nos últimos 5 anos. Tudo isto acelerou a percepção duma comunidade que se chama Macau por parte dos seus habitantes e a identificação com ela, dando lugar a um forte sentido de identidade e a uma convicção mais firme de construir em conjunto um lar melhor. Por outro lado, a mentalidade e o conceito dos jovens já começaram a conhecer mudanças, deixando de achar as ilhas adjacentes como lugares longínquos, onde a vida quotidiana é incómoda. Passam a mudar-se para novos bairros, dando lugar a um frequente “fenómeno de emigração interna”, o que não quer dizer que estejam desligados sentimentalmente das suas “antigas casas”. Em termos gerais, as pessoas sempre relembram os lugares que os viram nascer e crescer e o ambiente à sua volta. As saudades da infância e da adolescência são perenes.

Por isso, seja para os antigos habitantes, seja para os novos imigrantes, os bairros históricos não significam só os quarteirões que já viveram as suas prosperidades comerciais, nem representam apenas um conceito geográfico, mas contêm um significado cultural mais aprofundado que personifica uma certa memória colectiva e identidade de valores duma determinada época representativa daquilo que é a nossa pertença. Trata-se dum sentimento de lar e de boa vizinhança comunitária, dum espaço histórico-cultural. A razão pela qual os bairros históricos podem atrair e interessar habitantes e turistas é precisamente porque eles possuem uma

força aglutinadora que advém das suas particularidades histórica e cultural. Apesar do correr do tempo, a revitalização dos bairros históricos não significa evidentemente uma restauração da sua fisionomia, do antigo, por fora, é antes uma procura dum sonho que se guarda no fundo da nossa mente.

Por isso, devemos ter uma dupla percepção da “revitalização”: uma fisionómica, de nível físico e outra em termos da memória histórica, de nível espiritual. As palavras portuguesas “revitalização” e “reabilitação” são muito apropriadas para traduzir a palavra chinesa “chongjian” (reconstrução). A reconstrução, quando chega ao ponto da revitalização, é que atinge o seu objectivo. Para tal, além das obras de construção civil, com que se restaura a fisionomia antiga ou o panorama ambiental, é preciso levar em consideração os factores culturais, tornando-os numa acção da procura dos sonhos perdidos. Quer isto dizer que durante o processo da “reconstrução”, é preciso tentar procurar as antigas pegadas históricas e culturais para reconstituir a nossa memória colectiva e o espaço cultural, criar e consolidar as relações de boa vizinhança, a identidade e a força aglutinadora para elevar, no seu conjunto, as qualidades cívicas dos seus habitantes e através disto, reforçar a construção comunitária e promover o desenvolvimento social, numa tentativa de se elevar, no seu conjunto, a qualidade de vida. Só desta maneira, os bairros históricos, uma vez revitalizados, poderão dotar-se duma força vital perene e poderão criar uma imagem cultural tridimensional bem marcante, particularidade esta que permite atrair habitantes e turistas.

## II

A reabilitação dos bairros históricos não pode ser interpretada pura e simplesmente como uma “recauchutagem”. No processo da modernização de muitas cidades, além de experiências de insucesso na reabilitação dos bairros históricos, verifica-se a falta de vitalidade dos bairros novos. Por isso, a reabilitação dos bairros históricos é, além de uma obra de construção civil, uma engenharia cultural. Será antes uma reconstrução social. Por outros termos, será a obra que introduzirá Macau na sua segunda etapa de modernização. Só neste sentido é que podemos perceber por que é que o Chefe do Executivo realçou a reabilitação dos bairros históricos como um ponto alto a pôr em prática “Um país, dois sistemas”, “Macau governado pelos seus habitantes” e “Uma autonomia de elevado grau”.

Sendo uma engenharia cultural, a reabilitação dos bairros históricos significa uma reconstituição da nossa memória colectiva e dum espaço cultural. Significa reforçar as particularidades de Macau e da consciência de terra dos seus naturais, sob o pano de fundo da globalização. Significa fortalecer a sua identidade durante o processo de integração económica. E isto significa ainda que nestas novas circunstâncias, devemos possuir uma percepção mais apropriada em relação ao “Amor à Pátria e amor a Macau” e à concretização completa de “Um país, dois sistemas”. Isto põe à prova uma correcta percepção sobre a nossa história e um conhecimento penetrante da essência da sociedade de Macau e das regras do seu desenvolvimento, e também sujeita à prova a nossa capacidade para explorar e reconstituir o nosso espírito cultural e a inteligência da nossa alma.

Considerada uma obra de construção civil, a reabilitação dos bairros históricos não só põe à prova a nossa capacidade de recriar o antigo, as elevadas habilidades artísticas e técnicas, como a capacidade inovadora e imaginativa dos habitantes. Importante, durante o processo da reabilitação, será evidentemente o aparecimento de problemas relacionados com as propriedades, as indemnizações, a partilha de custos e até os incómodos da poluição sonora e os engarrafamentos de trânsito, entre outros problemas. O agendamento da reabilitação tocará em interesses particulares e gerais, a curto e longo prazos. Isto requer uma interacção entre as autoridades e a sociedade civil. Porá à prova a compreensão dos habitantes afectados, o seu grau de cooperação e tolerância, assim como os conceitos de colectivismo. Estará também em causa a capacidade coordenadora e de resposta do Governo às prioridades. E talvez seja preciso introduzir alterações em diplomas legais pertinentes. Em suma, isto põe à prova a capacidade de gestão e o nível de “Macau governado pelos seus habitantes” e “Uma autonomia de elevado grau”.

Pelo exposto, a reabilitação dos bairros históricos é uma obra de sistema. Qualquer acção individual poderá influenciar os interesses da cidade no seu conjunto e afectará os interesses de muitos membros da sociedade, no que diz respeito a várias áreas, tais como, a política, a jurídica, a económica e a social, nomeadamente no que toca aos reajustamentos, às adaptações, aos reposicionamentos e à boa interacção entre o Governo e a sociedade civil. É neste sentido que se pode afirmar que a reabilitação dos bairros históricos já se torna numa questão da construção comunitária e do desenvolvimento social, cujos sucessos ou fracassos influenciarão directamente a construção e os progressos da Região Administrativa Especial de Macau.

Antes da discussão sobre esta questão, torna-se necessário dar uma breve retrospectiva sobre a história do desenvolvimento comunitário de Macau. Como ficou dito, ao longo da sua história, Macau tem sido uma sociedade de imigrantes. A formação das primeiras comunidades residentes tinha de se revestir das particularidades de uma cidade de imigrantes. O Dr. Yan Zhongming, doutorando pela Universidade Ji'Nan de Guangdong, sintetizou um “Modelo de dois núcleos e três comunidades” para o desenvolvimento urbanístico de Macau. Por “dois núcleos”, entende-se os dois centros de poder, o chinês e o português. As “três comunidades” referem-se à chinesa, portuguesa e à mista luso-chinesa. Por outras palavras, os primeiros bairros residenciais na Península de Macau surgiram em consequência das particularidades duma sociedade mercantil marítima, que começara pela zona do Porto Interior, alargando-se e dando assim lugar a uma distribuição urbanística, composta pelas comunidades chinesa, portuguesa e mista. E em sintonia com as características económicas daquelas épocas, apareceram cadeias de manufacturas e zonas comerciais, semeadas de igrejas, templos e mansões de altos funcionários, notáveis locais de abastados comerciantes, que ao longo da história têm sofrido algumas danificações, cuja distribuição e fisionomia têm sido grandemente alteradas. No entanto, alguns monumentos históricos mais importantes têm sido objecto de várias restaurações, realizadas em tempos diferentes, de modo que as características urbanísticas têm sido relativamente bem conservadas, permitindo-nos ter uma ideia do contorno geral dos seus primitivos traços que continuam visíveis.

Outra particularidade que caracteriza uma sociedade de imigrantes é a grande quantidade de associações e organizações com as mais variadas formas e tendências. Constituem um caso impar a nível mundial o entusiasmo corporativista e a densidade associativa de Macau. Se fizermos uma retrospectiva histórica desta situação, não será difícil descobrir que muitas organizações associativas, bem como as comunidades, têm-se formado mediante um processo natural. Pessoas que têm línguas (dialectos), culturas, usos e costumes comuns agrupam-se espontaneamente em determinados lugares, formando comunidades na vida quotidiana, com a esperança de olharem uns pelos outros e de defender melhor as suas tradições e interesses. Apesar de no processo de modernização, os antigos bairros já deixarem de ter a sua fisionomia de outrora, algumas reminiscências conservadas em muitos topónimos da cidade revelam que em alguns bairros houve crenças, interesses, profissões, religiões, etnias e naturalidades comuns, de maneira que as comunidades formadas com estas

bases dotam-se duma enorme força aglutinadora e os seus membros possuem um forte sentido de identidade, sobretudo as associações que se formam através de laços sanguíneos e parentais.

É inegável que, ao longo da história, estas comunidades, associações e grupos sociais, têm sido de dimensões reduzidas. No entanto, precisamente nestas comunidades sociais de pequena envergadura, os seus membros percebem bem a importância da vida comunitária para a definição duma identidade própria e para a defesa dos seus interesses, assim como da importância de percepção de diálogos, comunicações, respeito mútuo, compreensão, tolerância, cedências, confiança e cooperação para a vida comunitária pública, das quais adquiriram ricas e suficientes experiências de auto-governação, dando assim lugar à tradição de comunitarismo de Macau. Durante muito tempo no desenvolvimento político de Macau, houve coexistência de chineses e estrangeiros, mas sob administrações diferentes, e na dominação colonial portuguesa, não foi conseguido penetrar na sociedade chinesa, pelo que as tradições acima referidas foram sendo reforçadas. Apesar da modernização urbanística, estas tradições, seja a nível de conteúdos, seja de formas, terem sofrido mudanças muito marcantes, nomeadamente nos últimos trinta anos, com a abertura e o desenvolvimento da política e da economia da própria sociedade, surgiram múltiplos e numerosos grupos e associações que têm uma forte coerência histórica, cujo espírito não sofreu mudanças fundamentais. De facto, no início da fundação da Região Administrativa Especial de Macau, o espírito de tolerância, paciência, compreensão, confiança e as experiências políticas de auto-governação dos habitantes de Macau, permitiram que as organizações associativas, como forças-pilares para a estabilidade social, tivessem desempenhado uma função vital que tem contribuído decisivamente para o sucesso de “Um país, dois sistemas”. Por analogia, temos a certeza que uma devida exploração e divulgação do comunitarismo de Macau poderão contribuir em grande medida para a construção comunitária e o desenvolvimento social de Macau.

### III

É certo que a construção comunitária significa o aperfeiçoamento e a optimização das equipamentos sociais e do ambiente, isto é, de “hardware”, tais como de arruamento, transportes, jardinagem e arborização, mas também não deve ser esquecida a introdução de “software”.



Qual seria o principal conteúdo de “software”? No nosso entendimento, numa procura dos vestígios históricos, o comunitarismo poderia ser um interface privilegiado e de grande importância.

Desde os anos 80 do século passado que, à vista duma proliferação do neo-liberalismo, num país como os Estados Unidos da América, onde se veneram as liberdades individuais, também surgiu uma corrente de comunitarismo. Tal corrente, para algumas pessoas, constitui um desafio ao individualismo. Não obstante, não falta quem opine que o comunitarismo funciona como um complemento para o liberalismo. Como também há quem assinale que, com o desenvolvimento económico e social cada vez mais liberalizado, as pessoas têm uma tendência cada vez mais crescente para o individualismo nas sociedades orientais, faltando ao comunitarismo um significado prático. Seja como for, sendo um quadro de análise teórica e de política social, o comunitarismo não deixa de ser proveitoso para nós.

O ponto de partida do comunitarismo é a comunidade e não o indivíduo; logo, trata-se de valores que realçam os interesses públicos e não os individuais. A maior diferença que existe entre ele e o liberalismo, que advoga a concessão dum estatuto privilegiado de justiça, igualdade e direitos individuais e uma escolha livre dos direitos individuais que representa um máximo valor, reside em que o comunitarismo considera a comunidade como uma entidade com valores, regras e objectivos comuns, cujos membros se identificam com a mesma comunidade e consideram os objectivos comuns como os seus próprios objectivos. Por outras palavras, os seus membros, no processo da procura dos objectivos individuais e na realização dos valores individuais, dão mais importância aos objectivos, valores e regras comunitários, em detrimento das prioridades individuais. Os seus membros, com base na lealdade para com a comunidade, às vezes preferem sacrificar os objectivos individuais, a favor dos interesses de toda a comunidade<sup>1</sup>.

Para o comunitarismo, na comunidade concentram-se os sentimentos, crenças e identidades, dos seus membros, entre outras relações, caracteri-

---

<sup>1</sup> Para uma exposição exaustiva sobre o comunitarismo, cf. Daniel Bell, *Communitarianism and Its Critics*, Oxford University Press, 1993 e Yu Keping, “Da política dos direitos à política da utilidade pública”, in *Liberdades e Comunidades*, Livraria Sanlian, Pequim, 1998, pp. 66-91.

zados por uma grande abrangência. Por isso, é por alguns estudiosos classificado de “Comunidade total”, cujas características são: “1. Gozar dum modo de vida completo, que não se formou para a partilha de interesses; 2. As relações entre os participantes são “vis a vis”; 3. Os interesses dos membros da comunidade estão intimamente ligados; 4. A comunidade é o núcleo de auto-identificação dos membros comunitários; 5. As relações comunitárias, os deveres, os hábitos, as regras e as tradições revestem-se dum significado decisivo para os seus membros”<sup>2</sup>.

Em relação ao pano de fundo do surgimento do comunitarismo, Yu Keping, um estudioso da China continental, assinala: “O novo movimento dos direitos humanos que surgiu nos finais da década de 70 do século passado, melhor dizendo, o movimento dos direitos humanos da terceira geração, talvez tenha fornecido condições favoráveis para o surgimento do comunitarismo. Os politólogos chamam aos direitos políticos dos cidadãos que se baseiam em princípios individualistas, de direitos humanos de primeira geração, cujas características residem na luta pela liberdade individual e pela restrição da intervenção governamental; são chamados direitos humanos de segunda geração os conseguidos pelos cidadãos, em termos económico, social e cultural, com os activos esforços dos governos. As suas características residem numa intervenção adequada governamental que faz com que os indivíduos possam conquistar os seus interesses; por direitos humanos de terceira geração assinalam-se os ‘direito à paz’, ‘direito ao desenvolvimento’ e os ‘direitos à partilha de recursos’ que se conseguiram nos finais da década de 70 do século XX. Trata-se de direitos que se baseiam caracteristicamente em relações comunitárias e colectivamente partilhadas por uma determinada comunidade. Os direitos de terceira geração, tal qual os da segunda geração, não são individuais, mas sim comunitários”<sup>3</sup>.

É precisamente nestas circunstâncias que o comunitarismo promove “a ampliação do âmbito da vida política”, “uma participação activa na vida comum da sociedade pelos indivíduos” e “com audácia advoga que todas as comunidades políticas, incluindo os governos, devem ser mais empreendedores, no que diz respeito à protecção e promoção dos interes-

---

<sup>2</sup> Jack Crittenden, *Beyond Individualism Reconstituting the Liberal Self*, Oxford UP, 1992, 132-133, citado em Yu Keping, op. cit, p. 77.

<sup>3</sup> Yu Keping, op. cit, p. 86.

ses públicos dos cidadãos, ao ponto de se poderem sacrificar interesses individuais a favor dos gerais da comunidade”<sup>4</sup>.

É certo que o comunitarismo surgiu com base num suficiente desenvolvimento do liberalismo e tem o seu carácter restritivo; por exemplo, pode realçar os interesses comunitários, sobretudo das comunidades especiais, em detrimento de interesses de toda a sociedade, nacionais ou estatais. A fim de recuperar as forças restritivas da tradicional moral, não se inclina a fazer reformas; nem todas as comunidades são benéficas para a sociedade. Um excessivo desenvolvimento de algumas redes comunitárias poderia constituir ameaça ao regime democrático e aos interesses públicos; até poderia levar a certa desmedida concentração de poderes e à intolerância social<sup>5</sup>. É nesse sentido que as pessoas duvidam da praticabilidade do comunitarismo nas sociedades orientais.

Voltando ao caso de Macau, a sua cultura é, na sua essência, uma cultura de pessoas e de vida. As comunidades de Macau, antes da reintegração e da reestruturação, podiam ser classificadas como “comunidades totais”. Por outro lado, ao longo das diferentes fases do desenvolvimento histórico de Macau, comunidades, culturas, religiões e crenças diferentes têm sabido procurar semelhanças, em detrimento de diferenças, para poderem viver em paz, sem nunca terem escondido as suas fortes tendências nacionalistas, identidades nacionais, orgulhos nacionais e o amor à Pátria que têm sido expressos das mais variadas formas. Os interesses do Estado têm sido concretizados com plenitude. “Harmonia na diferença e diferença na harmonia”, desenvolvimento harmonioso e progressos comuns, já constituem um modo de vida das pessoas de Macau. Trata-se da maior riqueza que a cultura de Macau nos lega e do maior contributo de Macau para a civilização da Humanidade.

É certo que não há provas suficientes que mostrem que o liberalismo teve um desenvolvimento suficiente em Macau. Numa sociedade minúscula, apesar da predominância da tradicional cultura chinesa, a política e a economia não têm conhecido um desenvolvimento muito avançado, verificando-se a falta de terrenos e condições apropriadas. No entanto, se fizermos uma retrospectiva da história do desenvolvimento comunitário de Macau nos últimos 20 anos, não será difícil descobrir

---

<sup>4</sup> Idem, p. 81.

<sup>5</sup> Han Zhen, “Uma linguagem de pós-liberalismo”, in idem, pp. 20-21.

que a “atomização” das organizações associativas, a sua divulgação diversificada e o alargamento e reintegração das suas funções lançaram, em certo sentido, sementes para algumas correntes individualistas. Quando estas correntes experimentarem uma rápida expansão, poderão constituir impactos e ameaças para o tradicional comunitarismo. Como fazer a escolha entre o tradicional comunitarismo e o incipiente liberalismo e a obtenção do equilíbrio entre os dois, significará decidir a orientação do desenvolvimento futuro de Macau.

Outro resultado do desenvolvimento urbanístico e da modernização de Macau é a mudança duma sociedade humanizada (ligações pessoais) para uma sociedade despersonalizada. Esta tendência vai-se agravando na medida da rápida abertura da economia e da sociedade. Somos quase obrigados a reconhecer que a sociedade de Macau está num momento chave de transformação. Nestas novas circunstâncias, já é muito difícil restaurar o comunitarismo. É por esta razão que no processo de reabilitação dos bairros históricos e da construção comunitária, devemos tirar lições do tradicional comunitarismo de Macau, numa tentativa de reconstruir as tradições comunitárias e levar este espírito tradicional para o desenvolvimento político e a vida social de Macau. Seja para a reabilitação dos bairros históricos, seja para a reconstituição do comunitarismo, é preciso sempre realçar os interesses gerais, para evitar o surgimento de desequilíbrios entre os interesses da comunidade e os grupos sociais diferentes. Mesmo considerando Macau como uma comunidade mono-orgânica, ao mesmo tempo de defesa dos interesses e dos valores individuais, numa procura de objectivos do desenvolvimento próprio, não se podem esquecer de maneira nenhuma dos interesses nacionais e estatais. De outra forma, a comunidade perderá a sua base de sobrevivência.

#### IV

No que diz respeito à escolha da estratégia e orientação para o desenvolvimento político e social de Macau, ao subscrevermos os resultados dos estudos realizados por Lou Shenghua<sup>6</sup>, somos de opinião de que é de

---

<sup>6</sup> Lou Shenghua, *Estudos sobre o associativismo de Macau no período das transformações — Uma leitura analítica do corporativismo numa sociedade pluralista*, Guangzhou, Editora do Povo de Guangdong, 2004.

seguir o caminho do corporativismo<sup>7</sup>. O corporativismo tem as suas origens ideológicas, primeiro, na doutrina cristã europeia que realça a harmonia e a unificação duma sociedade; segundo, no nacionalismo que impõe a obediência aos interesses nacionais gerais e a sacrifícios; terceiro, na teoria orgânica social que considera a cidade como um conjunto. Portanto, estes 3 elementos constituem a tradição ideológica do corporativismo: promover a harmonia e uma ordem social coerente. Os valores intrínsecos do corporativismo são o padrão social e não o individual. Opõem-se a um extremo individualismo, mas não se opõem ao regime da propriedade privada do capitalismo e faz um tratamento diferenciado dos direitos da propriedade privada e de outros direitos privados. Os objectivos do corporativismo residem em procurar a estabilidade social e uma ordem com autoridade. Os caminhos e os meios preparados para concretizar os objectivos estabelecidos são arranjos institucionais para a procura dum sistema estrutural apropriado para a distribuição dos direitos sociais e o seu funcionamento, a fim de restringir os conflitos desordenados e criar um sistema de interacção regular entre o Governo e as organizações funcionais sociais.

O corporativismo traduz-se, em Macau, num corporativismo social ou liberal. Ao contrário do corporativismo estatal, o corporativismo social advoga a promoção de relações organizativas de baixo para cima, entre as forças dominantes na sociedade e não no Governo. No caso duma sociedade pluralista, os grupos populares de Macau, ao longo da sua história, têm sido organismos eficazes para coordenar os interesses sociais e remediar e concertar os conflitos sociais, chegando a colmatar algumas insuficiências estruturais das capacidades governamentais e a desempenhar funções activas e insubstituíveis no desenvolvimento duma sociedade saudável e harmoniosa e na construção das capacidades do Governo, assim como a criar boas relações interactivas entre as autoridades e a sociedade civil. Já que Macau é possuidora duma boa tradição comunitarista, e o corporativismo social tem experiências bem sucedidas a nível do funcionamento político e administrativo, não há razão para abandonar este modelo de gestão social que se revelou eficaz. Muito menos não aplicar-

---

<sup>7</sup> David Mille, *The Blackwell encyclopaedia of political science*, edição em chinês, dirigida por Deng Zhenglai, Beijing, Editora da Universidade de Estudos Políticos e Jurídicos da China, 1992, pp. 173-176 e Zhang Zhen, *O corporativismo*, Beijing, Editora das Ciências Sociais da China, 1998.

mos este modelo à reabilitação dos bairros históricos e à reconstrução comunitária e ao desenvolvimento social.

Evidentemente, as experiências históricas não podem ser simplesmente imitadas ou clonadas. Precisam de ser adaptadas às mudanças dos tempos. O corporativismo surgiu em determinadas circunstâncias políticas e sociais, envolvendo as relações entre o Estado (o Governo) e a sociedade, num processo de dois sentidos: “socialização de Estado” e “estatilização da sociedade”; no entanto, o inegável é que durante o processo de boas relações interactivas entre o Governo e a sociedade foram criadas relações de concertação e cooperação mais institucionalizadas, das quais foi encontrado um novo modelo de parceria. As partes envolvidas dão cada vez mais importância à partilha dos direitos e responsabilidades. Diga-se de passagem que, face às dicotomias de relações entre os indivíduos e a sociedade, entre os indivíduos e o Governo, na actualidade, é dada cada vez maior importância à partilha dos direitos e responsabilidades, a realçar os direitos e as responsabilidades, o equilíbrio entre a democracia e a autoridade, a igualdade e a justiça, bem como à protecção das comunidades desfavorecidas, em direcção à chamada “Terceira via”<sup>8</sup>.

Em Macau, face à aplicação de “Um país, dois sistemas”, “Macau governado pelos seus habitantes” e “Uma autonomia de elevado grau”, tanto o ambiente de gestão social, como as entidades de gestão sofreram mudanças radicais e históricas. Os impactos vindos de fora, resultantes da liberalização do jogo e os reajustes da estrutura económica começaram a provocar mudanças na estrutura social e nas relações sociais e inevitavelmente influenciarão o desenvolvimento político e as reformas jurídicas e administrativas. Devemos tomar a reabilitação dos bairros históricos como o ponto de interface para levar a bom termo a construção comunitária e promover o desenvolvimento social. Isto não é só da responsabilidade do Governo, mas também é uma responsabilidade comum de toda a sociedade e dos seus membros. O Governo precisa de ser mais democrático e aberto, devendo assimilar, através de vias oficiais ou oficiosas, cada vez mais grupos sociais no regime, para a realização de consultas e cooperações mais institucionalizadas, assim tomando conhecimento, duma maneira mais ampla, mais completa e mais eficaz,

---

<sup>8</sup> Cf. Anthony Giddens, *The Third Way: The Renewal of Social Democracy*, edição chinesa, Beijing, Editora da Universidade de Beijing, 2000.

da opinião pública; por outro lado, é preciso haver uma certa reintegração entre grupos sociais, no aperfeiçoamento do regime representativo dos interesses, para poderem ter uma melhor representatividade e expressão dos direitos e exigências, para que a elaboração e a aplicação das políticas públicas possa ser mais eficaz e mais apropriada ao desenvolvimento social e aos interesses da maioria dos habitantes, dando à cidade um desenvolvimento mais harmonioso e ordeiro. Neste processo, a construção da capacidade governativa e da capacidade dos grupos sociais serão sujeitas à prova. É de prever que a capacidade e o nível seja de gestão do Governo seja de participação dos grupos sociais nos assuntos públicos em conformidade com a lei, conhecerão um certo aumento e elevação, acabando por encontrar um modelo de gestão social mais eficaz, que se adapte às exigências do tempo, de modo a criar melhores condições e consolidar ainda mais os alicerces para a concretização de “Um país, dois sistemas”.

